



PRONTUÁRIO MÉDICO NA UTI: IMPLICAÇÕES LEGAIS E PROBATÓRIAS

LUIS EDUARDO MIANI GOMES; JULIANA TEIXEIRA GOMES; TATIANE MENDES SANCHES; ANDRESSA SANCHEZ SILVA LUIZON; SIMONE CAMARGO DE OLIVEIRA ROSSIGNOLO

Introdução: O prontuário médico é um documento essencial na assistência à saúde, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), onde pacientes apresentam condições críticas e complexas. Além de sua função assistencial, o prontuário possui relevância jurídica, podendo ser utilizado como prova em processos judiciais relacionados à responsabilidade civil, ética e criminal do profissional de saúde e da instituição hospitalar. Diante disso, é fundamental compreender as implicações legais e probatórias desse instrumento, especialmente no contexto da UTI, onde as decisões clínicas são constantes e muitas vezes urgentes. **Objetivo:** Analisar a importância do correto preenchimento do prontuário médico na UTI, considerando suas implicações legais e sua função probatória em eventuais demandas judiciais. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica de livros, artigos científicos e legislações brasileiras, incluindo o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) e a Lei nº 13.787/2018, que trata da digitalização e uso dos prontuários eletrônicos. Também foram consultadas decisões judiciais recentes sobre falhas no registro de informações médicas em UTIs, a fim de ilustrar as consequências jurídicas da má elaboração do prontuário. **Resultados:** Os dados analisados demonstraram que a omissão, rasura ou incompletude das informações no prontuário médico podem gerar presunção de culpa do profissional de saúde ou da instituição hospitalar, fragilizando a defesa em ações judiciais. A jurisprudência brasileira evidencia que o prontuário é considerado documento técnico e legal, sendo frequentemente decisivo na resolução de litígios sobre erro médico, negligência ou imprudência. Além disso, o correto preenchimento é visto como um dever ético, garantindo a continuidade da assistência e a segurança do paciente. **Conclusão:** O prontuário médico na UTI extrapola sua função assistencial, configurando-se como elemento central de prova em questões jurídicas. Seu correto e completo preenchimento é obrigatório, não apenas para assegurar a qualidade do cuidado ao paciente, mas também para proteger o profissional de saúde e a instituição contra responsabilizações legais. Investir na capacitação das equipes e em sistemas informatizados é uma medida necessária para minimizar riscos jurídicos e garantir a segurança das informações prestadas.

Palavras-chave: Prontuário médico, Unidades de terapia intensiva, Implicações legais.